



CAPÍTULO 7

SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA: OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO E NO EDUCAR DO CORPO DO ALUNO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152515107>

Maria Victória da Silva Costa

Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Cidade de Maceió/Alagoas

Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes – ICHCA

<http://lattes.cnpq.br/8678221246337083>

Resumo: O presente artigo analisa os desafios do professor na construção e no educar do corpo e da sexualidade do aluno no ambiente escolar. Partindo da premissa de que o corpo é uma construção social e histórica, o texto empreende um percurso teórico para investigar as tecnologias de poder que o moldaram. O primeiro capítulo, amparado em Foucault e Bauman, demonstra como o corpo contemporâneo é um híbrido, fruto tanto das disciplinas institucionais que visavam a docilidade quanto das pressões da “modernidade líquida”, que promovem a fluidez e o consumo. O segundo capítulo afunila a discussão para a escola, posicionando-a como uma instituição que busca a normalização (“Norma”), mas que se confronta com a “Pluralidade” das identidades discentes. Neste cenário, a atuação do professor revela-se problemática, mediando a tensão entre as diretrizes curriculares, como os PCNs, e os tabus sociais. Conclui-se que a tarefa do educador transcende o aspecto técnico, configurando-se como um ato político de negociação constante, fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Palavras Chaves: Sexualidade. Educação. História.

SEXUALITY, EDUCATION AND HISTORY: THE TEACHER'S CHALLENGES IN CONSTRUCTING AND EDUCATING THE STUDENT'S BODY

Abstract: This article analyzes the challenges faced by teachers in constructing and educating students' bodies and sexuality in the school environment. Based on the premise that the body is a social and historical construct, the text undertakes a theoretical journey to investigate the technologies of power that have shaped it. The first chapter, informed by Foucault and Bauman, demonstrates how the contemporary body is a hybrid, the result of both institutional disciplines that sought docility and the pressures of "liquid modernity," which promote fluidity and consumption. The second chapter narrows the discussion to the school, positioning it as an institution that seeks normalization ("Norm") but confronts the "Plurality" of student identities. In this context, the teacher's role proves problematic, mediating the tension between curricular guidelines, such as the PCNs, and social taboos. It concludes that the educator's task transcends the technical aspect, constituting a political act of constant negotiation, fundamental to the construction of a democratic society.

Keywords: Sexuality. Education. History.

INTRODUÇÃO

Advindo das transformações históricas da sociedade e das mudanças políticas ocorridas no Brasil desde o governo de Getúlio Vargas, observa-se que seus efeitos desaguam sobre todos os aspectos da cultura, portanto, se coloca nesse momento da história a prerrogativa, em seus inícios, e estes culminaram no panorama que se apresenta no século XXI, tais como, educação, cultura utilitarista e modernidade líquida, sexualidade e gênero.

"Fluidez" é a qualidade de líquidos e gases. O que os distingue dos sólidos, como a Encyclopédia britânica, com a autoridade que tem nos informa, é que eles "não podem suportar uma força tangencial ou deformante quando imóveis" e assim "sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos a tal tensão' Essa contínua e irrecuperável mudança de posição de uma parte do material em relação a outra parte quando sob pressão deformante constitui o fluxo, propriedade característica dos fluidos. Em contraste, as forças deformantes num sólido torcido ou flexionado se mantêm, o sólido não sofre o fluxo e pode voltar à sua forma original. Os líquidos, uma variedade dos fluidos, devem essas notáveis qualidades ao fato de que suas "moléculas são mantidas num arranjo ordenado que atinge apenas poucos diâmetros moleculares' enquanto "a variedade de comportamentos exibida pelos sólidos é um resultado direto do tipo de liga que une os seus átomos e dos arranjos estruturais destes' "Liga", por sua vez, é um termo que indica a estabilidade dos sólidos - a resistência que eles "opõem à separação dos átomos' Isso quanto à Encyclopédia britânica - no que parece uma tentativa de oferecer "fluidez" como a principal metáfora para o estágio presente da era moderna. (Bauman, 2001, p. 8 e 9).

Joan Scott¹, historiadora estadunidense é uma das principais autoridades sob a temática de gênero. Essa sugere que a análise História de Gênero deve perpassar pela a relação entre o masculino e o feminino.

Logo, partindo da concepção difundida de Scott, de que o entendimento de gênero é útil para as análises históricas, já que seu significante refere-se ao saber das diferenças sexuais, nos tocantes denotativos: “[...] as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (Scott, 1985).

Ao que assinala sobre as instituições, Foucault 2013, comprehende que as mesmas inferem no corpo na medida em que se necessita de corpos dóceis para as demais demandas vertentes da cultura e da sociedade; para tanto, o saber e o poder – Foucault 2011 – inferem diretamente no processo de ‘*docilização*’ e nas instituições reguladoras – que para o que o presente projeto se acomete em preponderar como espaço de análise – as escolas e seus continentes.

Dentre das metamorfoses que ocorrem nos ambientes escolares em virtude dos momentos históricos e as lutas políticas serem constantes durante a segunda metade do século XX, há personagens comuns e conceitos que transmutam na mesma velocidade que o tempo perpassa esses mesmos personagens. A sexualidade e história das relações de gênero mudam de acordo com as transformações políticas e sociais, entretanto, no espaço que se existe a escola há o aluno, o professor, a corpo docente e a comunidade – se tratando de escolas de ensino público. Estes corpos devêm compreender e perceber como transcorrer as relações em sala de aula e para além da sala de aula, portanto é no ambiente de sala de aula que as relações de gênero são compreendidas, as primeiras impressões sobre a sexualidade e o papel do professor no contato do aluno que essas temáticas que lhe serão fundamentais para o convívio em sociedade.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica, a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas. O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no interior de cada escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, p. 68 e 69).

Contudo, o espaço escolar não deve fornecer ao educando um conceito pronto, mas orientá-lo para que o mesmo seja capaz de formar sua própria opinião sobre.

1. Joan Scott é professora da Escola de ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É, sem dúvida, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.

Neste processo o professor passa a ser o facilitador, junto à família deste aluno, proporcionando orientações, trazendo indagações, tornando aquele aluno mais interessado em busca de maiores informações, pois a família é de suma importância neste processo, já que a mesma faz parte da realidade daquele indivíduo.

Fatores como estes, nos instigam a indagar quais estas situações que se remetem ao cenário atual, ainda que a história passe por evoluções e transformações, a sociedade carrega tabus e resquícios de uma sociedade patriarcal, onde a mulher por vez é o “sexo frágil” da história. Bourdieu (1999) “[...] A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça [...]”.

Segundo Saffioti (2015), “a violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas - ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio”, o que por muitas vezes a vítima aceita por ser no ato matrimonial”. Ainda hoje a primeira menção a sexualidade das meninas é feita dentro de casa, onde algumas passam por abusos sem mesmo saber reconhecer.

Na família, na escola e em outras instituições ensinam-se as crianças a não aceitar convites, doces e outros presentes de estranhos. Raramente uma mulher, seja criança, adolescente, adulta ou idosa, sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família. Isto é muito claro em casos de abuso sexual, crime no qual predominam parentes. (Saffioti, 2015, p. 98).

Tratando-se do ponto de vista da escola, professor, aluno, gênero e sexualidade, uma discussão bem problemática nesta sapiência, onde por muitas vezes os profissionais não trabalham, não se aprofundam no tema por falta de informações ou até mesmo por não estarem preparados para lidar com a situação, em meado dos anos 90, quando os Parâmetros Curriculares Nacionais², passa a trabalhar de forma mais ampla e clara, tornando o “sexo” como parte fundamental da escolarização. Entretanto, esta história não se inicia apenas no século XX, mas nas escolas remotas do século XIX, quando ainda os colégios trabalhavam de forma regrada o corpo da criança e adolescentes.

O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios [...], os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças (Foucault, 2020, p. 30).

O debate sobre as relações de gênero ganhara força na cultura social mediante as lutas das feministas contra o sistema patriarcal (Saffioti 2015), apoiadas pela transição de valores que se colocam imperativos mediante as novas diretrizes políticas na virada do século. A comunidade LGBTQIA+ ganhara destaque por uma luta engajada pautada pela perspectiva legal que antes de ser homem ou mulher – por

2. Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas para orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina. Os PCNs servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais.

escolha unitária ou mesmo da sociedade – o indivíduo residia enquanto ser humano natural e político de uma nação – no que compete ao Brasil, será um brasileiro – e, portanto, deveria ter os mesmos direitos previstos por lei.

No presente texto ‘Sexualidade, Educação e História: Os Desafios Do Professor Na Construção e No Educador Do Corpo Do Aluno’, as análises foram compostas mediante o entendimento de que a sexualidade tal como as relações entre os pares – homem e mulher – são determinantes para que a pessoa em questão – no caso restrito, o aluno – esteja ciente de que as particularidades devem ser respeitadas e entendidas, tal como suas nuances no meio estudantil e social.

Os estudos e os raciocínios corroborados pelos mesmos serão advindos dos conceitos trabalhos pelos teóricos referidos acima, análise do caso de Maceió/AL e através do relato de experiência próprio sobre a profissão de educar. Tendo os limites conceituais advindos dos trabalhos citados, da cultura alicerçada sobre o referencial teórico correspondente ao século XX e XXI – com seus momentos de mudança, metamorfose e transição – tal como as metodologias que podem ser possíveis pelos materiais de estudos.

O CORPO NA HISTÓRIA: PODER, MODERNIDADE LÍQUIDA E A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE

A compreensão do corpo e, por conseguinte, da sexualidade, não pode ser apartada do seu percurso histórico. Longe de ser uma constante biológica imutável, o corpo é, em sua essência, uma construção social, um território sobre o qual incidem discursos, normas e relações de poder que se transmutam ao longo do tempo. As formas como cada sociedade, em seus respectivos momentos, percebe, regula e educa os corpos de seus indivíduos revelam as estruturas de poder que a alicerçam. Portanto, analisar os desafios contemporâneos da educação sexual perpassa, impreterivelmente, pela investigação histórica das técnicas de poder que culminaram na concepção do corpo que hoje adentra o espaço escolar.

Nesta perspectiva, a obra de Michel Foucault é basilar para desvelar os mecanismos pelos quais o poder se apropria do corpo. Para o autor, o poder não atua meramente pela repressão ou pela lei, mas de forma muito mais sutil e produtiva: ele produz saberes, práticas e sujeitos. Foi a partir do século XVIII, com o advento da sociedade disciplinar, que se desenvolveu uma verdadeira “anatomia política”, uma tecnologia de poder centrada no corpo individual com o objetivo de torná-lo útil e dócil. Este processo de ‘docilização’, como aponta Foucault (2011), não se restringe aos quartéis ou às oficinas, mas encontra nas instituições, como a escola, um campo fértil para sua aplicação, moldando gestos, comportamentos e, em última instância, a própria percepção de si.

Foi descoberto o corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo, ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil e cujas forças se multiplicam. [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (Foucault, 2011, p. 118).

Este corpo disciplinado, herdeiro das instituições modernas, não desaparece, mas se reconfigura no cenário da "modernidade líquida" descrito por Zygmunt Bauman. Se antes o poder visava a fixidez e a padronização para a produção industrial, agora ele opera através da fluidez, da sedução e do consumo. A docilidade exigida não é mais a do operário fabril, mas a do consumidor flexível, cujo corpo se torna um projeto a ser constantemente gerenciado, aprimorado e exibido. A vigilância, ainda presente, é internalizada e assume a forma de uma autovigilância performática, onde a identidade e a sexualidade se tornam mercadorias a serem consumidas e trocadas em um mercado de estilos de vida.

A "liga/estrutura" que mantinha os sólidos unidos, como descreve Bauman (2001), se dissolve, e com ela as referências tradicionais que definiam os papéis de gênero e as práticas sexuais. Nesse contexto, a construção da sexualidade deixa de ser um roteiro fixo ditado pela tradição para se tornar uma tarefa individual, carregada de ansiedades e incertezas. O poder, portanto, não deixa de atuar; ele apenas sofistica suas táticas, passando do controle direto dos corpos para a modulação dos desejos e das escolhas individuais, garantindo que estas se mantenham dentro dos limites do mercado.

Deste modo, o aluno que o professor encontra em sala de aula no século XXI é portador desta dupla herança histórica: seu corpo carrega tanto os resquícios da disciplina institucional quanto as pressões da performance e da fluidez contemporâneas. É um corpo que foi ensinado a obedecer e, ao mesmo tempo, a se expressar e a consumir sua própria identidade. Compreender esta complexa sobreposição de camadas históricas e de tecnologias de poder é o primeiro e indispensável passo para decifrar os desafios que se apresentam ao educador no momento de abordar a sexualidade e o corpo no ambiente escolar.

A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO: OS DESAFIOS DO EDUCAR ENTRE A NORMA E A PLURALIDADE

Ao adentrar o espaço escolar, o corpo do aluno, historicamente constituído como vimos, torna-se objeto de um novo conjunto de tecnologias de poder. A escola, enquanto instituição moderna, herda e refina a função de normalização, operando como um dos principais aparelhos onde a sociedade busca inscrever suas verdades e valores nos indivíduos. Não se trata de um espaço neutro de transmissão

de saber, mas de uma maquinaria complexa que, através de sua arquitetura, da distribuição do tempo, dos regulamentos e das práticas pedagógicas, visa produzir um tipo específico de sujeito: o aluno dócil, produtivo e ajustado. A sexualidade, nesse contexto, longe de ser ignorada, émeticamente gerenciada, um elemento central no processo de construção e governo do corpo do estudante.

A escola torna-se um local de passagem obrigatória e de fixação para as crianças; a aprendizagem assume o caráter de uma ocupação total, que se organiza como uma iniciação progressiva. [...] Esse enquadramento rigoroso da existência infantil, até em seus detalhes aparentemente mais insignificantes, teve como contrapartida e condição de funcionamento uma colocação em discurso do sexo. Uma tagarelice que a pedagogia, a partir do século XVIII, assume, e que multiplica, esquadriinha os corpos para melhor controlá-los e para melhor tomar consciência deles. (FOUCAULT, 2020, p. 30).

A análise da citação foucaultiana desvela que o poder disciplinar da escola sobre a sexualidade não atua primordialmente pelo silêncio ou pela proibição, mas, inversamente, pela incitação a falar, pela produção de um discurso autorizado. É a instituição que define o que pode e o que deve ser dito sobre o sexo, como se deve falar e quem tem a autoridade para fazê-lo. Ao transformar a sexualidade em objeto de saber pedagógico, a escola a enquadra dentro de uma grade de normalidade, ‘patologizando’ desvios e reforçando padrões. Este mecanismo de controle discursivo é a manifestação mais clara da “Norma” institucional, um esforço contínuo para conter e organizar as múltiplas expressões do corpo e do desejo dentro de limites considerados aceitáveis.

No entanto, a realidade das salas de aula impõe um desafio a essa pretensão hegemônica da escola. Os discentes são, hoje, portadores de repertórios culturais e identitários múltiplos, os quais confrontam a lógica uniformizadora da instituição. É nesta encruzilhada, onde a “Norma” institucional não consegue mais conter a “Pluralidade” social, que a atuação do professor se torna central e, ao mesmo tempo, problemática, pois a ele recai a tarefa de educar sujeitos cujos corpos já não respondem passivamente à docilidade tradicional.

Ciente desta tensão, o próprio Estado brasileiro buscou rever a “Norma” curricular para que ela pudesse, ao menos no plano discursivo, acolher a “Pluralidade”. A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na década de 1990 foi um marco nesse sentido, ao instituir temas transversais como a “Orientação Sexual” e a “Pluralidade Cultural”. Tal movimento representa o reconhecimento oficial de que a escola não poderia mais se omitir diante da diversidade e das complexas questões que atravessam a vida dos estudantes. A proposta dos PCNs, portanto, era a de fornecer ferramentas para que o professor pudesse mediar esses debates, transformando a sala de aula em um espaço de reflexão crítica e de formação para a cidadania.

O trabalho com a Pluralidade Cultural e com a Orientação Sexual não se constitui como uma nova disciplina, mas como um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas estabelecidas. Busca-se um trabalho de formação, de desenvolvimento de posturas e de concepções que o aluno levará para sua vida. Trata-se de um aprendizado sobre o viver junto, sobre o respeito a si e ao outro, sobre o direito à diferença e à igualdade de direitos, condições fundamentais para uma sociedade democrática e plural. (BRASIL, 1998, p. 25).

Apesar do avanço representado pelo discurso oficial dos Parâmetros, a sua implementação na prática cotidiana da escola expõe a profundidade do desafio do educador. O professor se vê em uma encruzilhada: por um lado, é cobrado a seguir uma diretriz curricular progressista que valoriza a diversidade; por outro, enfrenta a realidade de uma comunidade escolar (composta por famílias, outros profissionais e os próprios alunos) ainda permeada por tabus, preconceitos e resquícios de uma cultura patriarcal. A falta de formação continuada adequada e de apoio institucional agrava a situação, deixando o professor isolado na tarefa de traduzir a “Norma” oficial em uma prática pedagógica que seja, de fato, respeitosa à “Pluralidade” dos seus alunos.

Deste modo, o desafio de educar o corpo do aluno na contemporaneidade se revela não como uma questão de aplicar um método pronto, mas como um ato político de negociação constante. O professor atua como um mediador no campo de batalha entre a força histórica da instituição escolar, que busca a normalização, e as múltiplas realidades dos estudantes, que demandam reconhecimento e respeito. Navegar entre a “Norma” e a “Pluralidade” exige do educador mais do que conhecimento técnico; exige uma sensibilidade crítica e uma coragem para transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, onde a construção da sexualidade e do respeito ao outro possa ocorrer de forma verdadeiramente educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Advindo do percurso realizado neste artigo, que buscou desvelar a complexa teia que envolve sexualidade, educação e história, conclui-se que a figura do professor emerge como o ator central, posicionado na encruzilhada entre a normalização institucional e a pluralidade dos corpos discentes. A análise, que partiu da compreensão do corpo como uma construção histórica para então examinar como a escola herda e reconfigura essa função, deságua em uma constatação inequívoca: os dilemas contemporâneos do ato de educar são o resultado direto de camadas de poder historicamente sobrepostas.

A superação dos desafios aqui expostos exige, impreterivelmente, uma profunda reflexão sobre a prática pedagógica. A “sensibilidade crítica” demandada do educador encontra eco na pedagogia crítico-social, defendida por teóricos como José Carlos Libâneo em seus trabalhos seminais da década de 1990 e meados dos anos 2000.

Essa base foi continuamente revisitada, como advertiu Maria Amélia Santoro Franco (2013) sobre as persistentes dificuldades da didática, até encontrar em visões mais recentes, como a de bell hooks (2018), um caminho potente ao conceber a educação como uma prática de liberdade, capaz de transformar e emancipar.

A discussão, por sua vez, ganha contornos ainda mais complexos quando se torna imperativo somar a ela a contribuição da perspectiva interseccional, alicerçada nos estudos de Kimberlé Crenshaw (2020) e Angela Davis (2016), que desvelaram como as opressões de gênero, raça e classe se articulam de modo indissociável. É este o cenário tensionado pelas dinâmicas da sociedade do cansaço e da hiperculturalidade, como aponta Byung-Chul Han em suas análises que perpassam os anos de 2017 e 2019.

Nesse sentido, a própria disciplina de História precisa ser mobilizada de forma crítica. A virada do milênio consolidou a necessidade de dar voz, como defende Michelle Perrot em edições recentes de sua obra, aos excluídos da história. Passou-se a valorizar os “costumes em comum” e a cultura das camadas populares, como ensinou E. P. Thompson já em 1998, para se construir um conhecimento histórico mais plural. Afinal, como teoriza Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seus trabalhos de 2007 e 2013, a história é também a arte de inventar o passado, e é nesse campo de narrativas que o professor atua. Diante de novas tecnologias que, desde 2008, trazem novas competências, como aponta G. J. Delaunay, e de realidades como a violência sexual, que demandaram respostas institucionais já em 1999 pelo Ministério da Saúde, o papel da escola se torna ainda mais vital.

Conclui-se, portanto, que a tarefa de educar o corpo do aluno transcende a aplicação de uma metodologia ou o cumprimento de uma grade curricular. Trata-se de um ato político, ético e em constante construção. O professor, em seu ofício, não é um mero transmissor de informações, mas um mediador de culturas, um agente que pode tanto reforçar as estruturas de dominação quanto abrir fissuras para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e respeitosa com a infinita pluralidade dos corpos e das formas de existir.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino:** invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: A transformação das pessoas em mercadorias. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. Vol. 2 . – 2^a ed. – São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Terceiro e quarto ciclos; Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. 174 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. Área técnica de saúde da mulher. Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra mulheres e adolescentes: Norma técnica. Brasília: Ministério da saúde, 1999.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando As Margens: Interseccionalidade, Política Identitárias E Violência Contra Mulher De Cor. In. **Corpos em Aliança**: Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade. Org. MARTINS, Ana Claudia Aymoré & VERAS, Elias Ferreira. Maceió - AL. 2020. p 24-99.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. -1. ed. São Paulo: Bointempo, 2016.

DELAUNAY, G. J. **Novas Tecnologias, Novas Competências**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 277-293, 2008. Editora UFPR. Disponível em: Acesso em: 02 Dezembro 2021.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Didática: uma esperança para as Dificuldades Pedagógicas do Ensino Superior? In: **Práxis Educacional**, 2013. Vitória da Conquista. V. 9, n. 15, p. 147-166. Disponível em: Visualizado em 09 Novembro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10^a ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Hiperculturalidade: Cultura e Globalização**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. – Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. – Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2017.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libâneo. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Recurso digital.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**. A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. São Paulo. Edições Loyola. 21^a Edição. 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Seleção de texto e introdução de Maria Stella Martins Bresciani. Tradução de Denise Bottmann. – 8^a Ed. – Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2017.

SAFFIOTI, Helieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2^a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila), 1995. Disponível em: < moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>. Acesso em 09 de setembro de 2020

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** Revisão Técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.